

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano I Nº 298
19 de Setembro de 2008
Índice

Juventude da CNM participa de intercâmbio na Alemanha	01
Protesto em defesa da Volks	02
Moção de solidariedade ao povo boliviano	02
Bolívia: Um país acossado	03
Gerdau ampliará operação na Argentina	05
Alemanha perde autonomia	06

Juventude da CNM participa de intercâmbio na Alemanha

Desde o dia 3 deste mês, a delegação de jovens metalúrgicos ligados à Confederação Nacional dos Metalúrgicos está em Seehein, na Alemanha, dando continuidade ao programa de intercâmbio da juventude entre **CNM/CUT** e **IG Metall** que ocorre todos os anos.

A viagem que termina no próximo dia 26 de setembro tem como objetivo além da troca de experiências entre as delegações participantes, a participação dos jovens no Fórum Social Europeu.

"Durante as atividades estamos sendo bem preparados para que possamos acompanhar de perto os desdobramentos dos Fóruns Europeus que serão realizados na próxima quinzena", detalha Amanda Pacífico, membro da delegação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.



Delegação de jovens que está na Alemanha junto com a secretária de Políticas Sociais da CNM/CUT, Michele Ida Ciciliato (centro) (foto de Valter Bittencourt)

O Fórum Social Europeu acontecerá de 17 a 21 de setembro na pequena cidade portuária de Malmö, na Suécia.

Visita à fábrica da Volkswagen

A delegação visitou a estrutura do IG Metall em Wolfsburg, onde foi recepcionada pelo secretário de Relações Internacionais, Flávio Benites.

Na sexta-feira, dia 12 de setembro, participaram de um grande manifesto pela continuação da **lei VW** que contou com a presença de 40 mil trabalhadores.

Mais tarde, encontraram-se com a juventude da Comissão de Fábrica da VW de Wolfsburg e tiveram a oportunidade de conhecer internamente a maior fábrica da Volks do mundo. Durante a atividade acompanharam a integração de 30 jovens aprendizes, visitaram a produção e conheceram o novo Golf que será lançado daqui duas semanas na Irlanda.

Sobre o FSE

Os fóruns sociais europeus nasceram em consequência dos fóruns sociais mundiais, que desde a primeira edição de 2001, em Porto Alegre, se realizaram por todo o mundo regularmente.

Servem como alternativa aos fóruns econômicos mundiais que se realizam ao mesmo tempo em Davos, na Suíça.

Os princípios dos Fóruns se orientam na carta elaborada em 2001, em Porto Alegre:

- Um espaço aberto de discussão, de intercâmbio e troca de idéias entre pessoas que se opõem ao domínio do capital;
- Lutam pela globalização solidária contra os interesses de empresas multinacionais e aliados delas;
- É pluralista e variado, não tem vínculo partidário nem governamental nem confessional. Ele une grupos (redes), organizações e movimentos que lutam por um mundo diferente realizando ações locais até globais. (Mayara Baggio - Imprensa CNM/CUT)

Protesto em defesa da Volks

Lei VW: milhares de funcionários se reúnem em manifestação na Alemanha

Dezenas de milhares de trabalhadores da Volkswagen manifestaram-se na sexta-feira (12) perto da sede da empresa, em Wolsburg (norte), Alemanha, para defender a "lei VW", que protege a montadora de compras hostis e, segundo os sindicatos, garante os empregos.

"Não temos necessidade de menos, mas sim de mais leis VW", declarou Berthold Huber, presidente do sindicato dos metalúrgicos IG Metall, a uma multidão de trabalhadores.

O IG Metall, que representa mais de 90% dos assalariados da Volkswagen (VW), quer pressionar o governo alemão e os acionistas do grupo para manter a chamada "lei VW", adotada em 1960 para proteger o construtor das compras hostis e condenada ano passado pela justiça européia.

O governo alemão, antes de aprová-la, alterou-a para conservar o direito de veto do acionista público, o Estado regional da Baixa Saxônia (norte).

Esta atitude irritou a Comissão européia, que anunciou no início da semana que pode processar novamente o governo alemão por não respeitar a decisão. O principal acionista da Volkswagen, o também alemão Porsche, se opõe a este texto: quer fazer da VW uma empresa "normal".

A manifestação desta sexta-feira não é oficialmente um desfile anti-Porsche, mas uma demonstração de força do IG Metall, sumida há meses em conflitos agudos com o especialista em carros esportivos, em especial sobre as futuras regras de representação dos trabalhadores da holding que controlará VW e Porsche.

Porsche já tem cerca de 31% do primeiro construtor automobilístico europeu e pretende assumir seu controle, ou seja, mais de 50% nas próximas semanas. (*Agência France Presse, 13.09.2008*)

Leia também sobre a Lei VW (na página 6) : **Alemanha perde autonomia**

Moção de solidariedade ao povo boliviano

Frente ao recrudescimento das ações golpistas e separatistas dirigidas por setores minoritários da parte Oriental da Bolívia que, com o apoio do governo norte-americano, visam fragmentar o país, a Executiva Nacional da CUT convoca os seus Sindicatos e sua militância a organizarem e se somarem às mobilizações de solidariedade ao povo e ao governo boliviano.

A expressiva vitória obtida pelo presidente Evo Morales no referendo revogatório de 10 de agosto, onde obteve mais de 67% dos votos, ratifica uma vez mais a identidade popular com o programa de mudanças que vem sendo implementado em benefício da nação boliviana e da integração latino-americana. Ao cumprir com suas promessas eleitorais e nacionalizar os recursos naturais, reverter privatizações, fortalecer a educação e a saúde públicas, avançar a reforma agrária e redistribuir renda, o governo de Evo Morales tem garantido melhores condições de vida para seu povo e, particularmente, para a grande maioria indígena e camponesa, historicamente excluída por séculos de colonialismo e neocolonialismo.

Agora, no momento em que o país se prepara para submeter a voto popular a nova Constituição, fruto de uma Assembléia Constituinte, setores separatistas da chamada Meia Lua, buscando manter a nível local os privilégios que perderam a nível federal, tentam de todas as formas inviabilizar o processo democrático e fazer prevalecer seus "estatutos autonômicos" contra o governo central e o interesse nacional. O assassinato covarde de dezenas de indígenas no Departamento de Pando, em um massacre onde ainda existem mais de cem desaparecidos - e que levou à prisão do governador local, Leopoldo Fernandez -, demonstra que a oligarquia fascista e pró-imperialista está disposta a ir até as últimas consequências. O apoio dado ao criminoso pelos governadores de Santa Cruz, Beni e Tarija deixa isso ainda mais evidente.

A CUT saúda a Declaração dos nove presidentes da Unasul, que representa um apoio firme e contundente ao governo Evo contra a ameaça de golpe. Diante da escalada de agressão e violência da direita, é hora de ampliar e multiplicar a solidariedade entre os povos. A Central conclama sua militância a se fazer presente nos atos convocados para esta semana em frente aos Consulados da Bolívia em São Paulo e no Rio de Janeiro, manifestando uma vez mais a nossa identidade com o projeto de libertação e desenvolvimento nacional em curso no país irmão. A Executiva Nacional comunica ainda que enviará uma delegação a La Paz nos próximos dias, estreitando os laços de amizade e solidariedade que unem o movimento sindical e social latino-americano.

São Paulo, 17 de Setembro de 2008

Executiva Nacional da CUT

Bolívia: Um país acossado

A radicalização oposicionista aumenta, mas Evo Morales, que tem o apoio dos militares, mantém a calma

Por Eric Nepomuceno

Na quarta-feira 3 de setembro, o vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, um dos principais estrategistas do governo de Evo Morales, fez, em

público, a advertência que há meses corre entre as paredes de todo o país: "Haverá complicações". E explicou: "Ainda existe uma direita minoritária, encastelada em algumas províncias, que se tornou violenta, raivosa, desesperada". Presidente em exercício (Morales estava em viagem pela Líbia e pelo Irã), García Linera disse que o governo manteria a calma, mas nem por isso permaneceria inerte caso os atos de insubordinação dos oposicionistas ameaçassem a ordem pública.

Na noite daquele mesmo dia, um comunicado do Conselho Nacional Democrático, que reúne a flor e a nata da oposição mais radical a Evo Morales, fez sua própria advertência: os bloqueios em estradas dos estados rebeldes de Beni, Chuquisaca, Pando, Tarija e Santa Cruz seriam intensificados já a partir do dia seguinte, e a qualquer momento poderiam ser fechados os dutos que conduzem gás ao Brasil e à Argentina.

A resposta do governo foi imediata: contingentes militares e policiais foram mandados para as cidades de Trinidad, Cobija, Tarija e Santa Cruz, com o objetivo de guardar instalações e campos de petróleo e edifícios que abrigam órgãos oficiais. Vários destes, como o Instituto de Impostos Nacionais e o Instituto Nacional de Reforma Agrária, tinham sido alvo, em dias anteriores, de pedradas e bombas incendiárias que não provocaram maiores danos. A ordem dada às tropas foi defender as instalações, mas não tomar nenhuma medida de repressão preventiva, justamente para impedir conflitos abertos entre militares e civis.

A fúria dos opositores ao governo de Morales se desatou de vez e surgem surpreendentes propostas de revisar a própria história do país: em Tarija, a líder opositora Patricia Galarza defende que se cancele a decisão, tomada em 1826, de anexar-se voluntariamente à então recém-nascida Bolívia. Até aquele ano, Tarija, que abriga 85% dos campos boli-vianos de gás, fazia parte da província argentina de Salta.

O separatismo das províncias que se sentem ameaçadas pelas reformas programadas pelo governo não havia, até agora, chegado a expressões tão claras. Tornou-se evidente, para analistas e para os próprios estrategistas de Morales, que a radicalização poderá aprofundar-se ainda mais a qualquer momento, e que as possibilidades de impedir um conflito aberto são cada vez mais tênues.

Desde que o presidente boliviano - primeiro indígena a governar o país - convocou um referendo destinado a confir-má-lo no cargo, bem como os governadores dos nove estados, em agosto, os ânimos não fizeram mais do que arder. Morales, eleito em 2005 com pouco mais de 54% dos votos, foi confirmado por 67,4% dos bolivianos. Acontece que os governadores dos estados oposicionistas também foram confirmados com votações expressivas, superiores a 60%.

Com esse resultado, cada lado saiu fortalecido. Morales sentiu-se respaldado para levar adiante outro projeto que desperta a ira dos oposicionistas; incrustados nas regiões mais ricas: con-vocar outro referendo, em dezembro, para ratificar a nova Constituição aprovada no ano passado pelo Congresso. Ao assumir a Presidência, em janeiro de 2006, Morales anunciou uma profunda reforma constitucional, que, segundo ele, significaria a "refundação da Bolívia", terminando com os privilégios de um sistema de castas que há séculos marginaliza as maiorias indígenas do país.

Já os governadores entenderam que suas demandas autonomistas foram consolidadas nas urnas, e que podem ignorar decisões assumidas por Morales. Criticam vários aspectos da Constituição, que será posta em votação popular, principalmente os pontos relacionados à reforma agrária e à partilha dos impostos arrecadados sobre petróleo, gás e produtos agrícolas. Um decreto presidencial de agosto, determinando que parte do imposto do gás e do petróleo seja destinada a aumentar pensões de aposentados e conceder uma ajuda mínima a famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, foi considerado, pelas províncias do sul, um confisco sobre seus direitos.

As pressões sobre o governo têm origem clara e localizada. A Corte Nacional Eleitoral, forte aliada dos oposicionistas, recusou-se a validar a consulta popular para confirmar a nova Constituição, marcada para 7 de dezembro, com um argumento técnico: o referendo não poderia ter sido convocado através de decreto presidencial, e sim por uma lei elaborada pelo Congresso. Na verdade, o mesmo Congresso já havia dado permissão para que o referendo fosse convocado por decreto de Morales.

>>>>>>

A exigência da Corte Nacional Eleitoral foi acatada pelo vice-presidente Álvaro García Linera: "Querem uma lei? Pois faremos essa lei". E, uma vez mais, a oposição se insurgiu, agora dizendo que não reconhece um Congresso no qual o governo tem maioria. Grupos indígenas e de movimentos sociais, por sua vez, decidiram cercar o Congresso, para exigir que os parlamentares transformem em lei o decreto presidencial.

Em todas as tentativas de diálogo surgidas após o referendo que confirmou em seus postos tanto o presidente como os governadores de oposição, o resultado foi nulo. Em algumas cidades da região rebelde, o grau de agressividade contra Morales superou, com folga, os limites mínimos da sua segurança pessoal. No fim de agosto, o presidente foi obrigado a fazer uma inesperada escala em Guajará-Mirim, em Rondônia, antes de prosseguir uma viagem rumo a La Paz: manifestantes impediram que o helicóptero presidencial fosse reabastecido na pequena Cachuela Esperanza, e o combustível não bastava para alcançar a capital. No Brasil, outro avião chegou de La Paz para conduzir Morales e sua comitiva. Dias antes do referendo de 10 de agosto, Morales já havia sido impedido de visitar várias cidades controladas pela oposição.

Muitos analistas do cenário político sul-americano destacam que até agora, e contrariando uma tradição que parecia enraizada, as Forças Armadas bolivianas não abandonaram, por um só instante, o respeito à Constituição. E, pela primeira vez na história, um presidente boliviano, mesmo sendo frontalmente desrespeitado, não mobilizou tropas contra a população nem mandou deter os líderes oposicionistas. Preferiu convocar movimentos sociais para defender o projeto de mudanças que anunciou tanto na campanha eleitoral como depois, ao elaborar a nova Constituição e convocar um referendo para confirmá-lo no cargo. Uma vez mais, ao cumprir o anunciado em campanha eleitoral, Morales atizou a fúria de seus opositores.

Não por acaso, em Santa Cruz, a mais rica das regiões bolivianas, a liderança civil é exercida por um empresário, o croata Branko Marinkovic, uma das maiores fortunas do país. Ele defende diretamente que Santa Cruz não obedeça à nova Constituição, que desconsidere Morales enquanto o presidente não atender às demandas locais e, principalmente, não devolver o que foi "confiscado". E mais: anunciou que a presença de autoridades nacionais em seu território é considerada "não-grata".

Em meio à tempestade, Morales tem como trunfo a lealdade das Forças Armadas. Se ao longo da história boliviana a ação militar foi, quase sempre, em defesa dos privilégios de poucos, o cenário parece ter mudado, graças a outra promessa de campanha, posta em prática nos primeiros dias de governo: remover toda a cúpula corrompida e promover oficiais de patente média (capitães, majores) aos postos superiores.

Por tradição, esses oficiais, que hoje ocupam postos de comando, jamais alcançariam esse espaço: são todos indígenas. Como o presidente. Vêm de uma tradição de marginalização que refletia o próprio sistema do país. Parecem, portanto, entender o alcance das medidas defendidas pelo governo. (*Carta Capital*, 08.09.2008)

Solidariedade da Unasul à Bolívia

Na segunda-feira (15), presidentes da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) se reuniram no Chile, onde emitiram declaração sobre a crise na Bolívia.

O texto, chamado de Declaração do Palácio de La Moneda, mostra apoio ao governo do presidente Evo Morales e rejeita qualquer tentativa de golpe civil ou de divisão territorial da Bolívia. [Leia a Declaração da UNASUL](#)

Avibras consegue aval para embarcar armas à Malásia

A direção da Avibras Indústria Aeroespacial, a maior fabricante de material bélico do Brasil, anunciou ontem que finalmente obteve, do Ministério da Fazenda, a liberação de garantias exigidas para o cumprimento de um contrato de exportação firmado com o governo da Malásia. Isto ocorreu depois de um ano de tentativas frustradas da empresa para obter o aval do governo federal, sem o qual seria impossível a concretização da venda, por US\$ 320 milhões, de material bélico que vai equipar o exército daquele país asiático.

Desde 1990 o Brasil não efetuava uma grande venda de material de defesa para o exterior. O presidente da Avibras, Sami Hassuani, já comunicou a decisão ao governo da Malásia. O Itamaraty também se ocupou deste contato, para minimizar os efeitos do mal-estar causado durante o período de atraso promovido pelo Ministério da Fazenda.

Enquanto persistiu o impasse, uma verdadeira estratégia de guerra foi montada para garantir a realização do negócio. Para acelerar a resolução do problema foi necessário o envolvimento de ministros que endossaram a negociação, como o da Defesa, Nelson Jobim, do Desenvolvimento, Miguel Jorge, e de Relações Exteriores, Celso Amorim. >>>

Entre as consequências danosas do atraso na emissão das garantias de execução e adiantamento destaca-se a demissão de 350 empregados do setor de defesa e ingresso da empresa na Justiça com pedido de recuperação judicial em meados deste ano.

Numa tentativa de assegurar o cumprimento do contrato e confiante nas promessas de liberação do governo, a Avibras resolveu antecipar a produção dos conjuntos do Sistema Astros 2, formados por viaturas blindadas e foguetes, e assim ocupar sua mão-de-obra parcialmente ociosa. A empresa acabou por bancar os custos, comprou material e produziu praticamente todo o primeiro lote da encomenda.

A Avibras pretende embarcar essa primeira etapa da encomenda até o final do ano. A previsão, de acordo com Hassuani, é ter outros dois lotes enviados em 2009 e o último deles no começo de 2010. "Foi uma luta de um ano que enfim acabou, espero que a partir de agora os trâmites fiquem mais ágeis", afirmou o presidente da empresa.

A companhia tem atualmente um passivo da ordem de R\$ 500 milhões, sendo que 70% de sua dívida foi contraída junto ao governo federal, tendo como credores a Finep e Banco do Brasil. Numa das tentativas de resolver o impasse, a direção da empresa chegou a propor à União uma parcela no controle acionário, já que é considerada como estratégica para o País. Entre as ações para acelerar o processo, a Avibras chegou a fornecer como garantia ao Ministério da Fazenda um patrimônio seis vezes superior à margem de risco(Júlio Ottoboni) (*Gazeta Mercantil*, 12.09.2008)

Gerdau ampliará operação na Argentina

A Gerdau decidiu esquentar a briga com a Votorantim Siderurgia, controladora da Aceros de Bragado (AcerBrag), pelo segundo lugar no mercado de aços longos da Argentina e anunciou em audiência na Casa Rosada com a presidente Cristina Kirchner, investimentos de US\$ 524 milhões na expansão da subsidiária Sipar. Os aportes serão realizados em duas etapas até 2016, quando planeja atingir capacidade local instalada total de 1,1 milhão de toneladas por ano de aço bruto e de laminados longos no país.

A Sipar vem operando a 100% da capacidade instalada atual, de 260 mil toneladas de produtos longos por ano, mas utiliza aço bruto importado. Já a nova unidade, que ficará a cinco quilômetros da usina atual, em Pérez, na província de Santa Fé, começará a produzir 650 mil toneladas de aço e 710 mil toneladas de laminados longos (perfis, fios-máquina, vergalhões, arames, pregos e telas soldadas) em 2011, quando for concluída a primeira fase da expansão, com investimentos de US\$ 310 milhões.



A segunda etapa será finalizada cinco anos depois, quando a siderúrgica terá a mesma capacidade de produção de aço e de laminados, utilizando sucata adquirida no país como matéria-prima. Segundo a companhia, as obras vão iniciar em novembro deste ano. "O novo investimento é crucial para o desenvolvimento da Gerdau na Argentina", disse em comunicado o diretor-presidente do grupo, André Gerdau Johannpeter, que participou da reunião com representantes do governo argentino acompanhado do presidente do conselho de administração, Jorge Gerdau Johannpeter.

De acordo com a Gerdau, a produção ampliada da Sipar atenderá ao crescimento da demanda argentina por aços longos, que conforme estimativas do Centro das Indústrias Siderúrgicas do país deve passar de 1,9 milhão de toneladas neste ano para 2,3 milhões em 2013. A empresa detém hoje entre 14% e 15% do mercado local, participação semelhante à da AcerBrag, que produz 250 mil toneladas de aço bruto e laminados por ano. A líder Acindar, da ArcelorMittal, tem uma participação de cerca de 50%.

O grupo brasileiro, que em 1998 comprou uma participação minoritária na Sipar e em 2005 assumiu o controle da empresa, com 74,44% do capital, informou ainda que os novos investimentos serão bancados com recursos próprios e financiamentos internacionais. Com a expansão, o número de empregados diretos da controlada passará dos atuais 450 para 1.150, além de outros 500 terceirizados. Durante a construção também serão contratadas mil pessoas, relatou a Gerdau. (Sérgio Bueno) (*Valor econômico*, 12.09.2008)

Alemanha perde autonomia

A “lei Volkswagen” na mira da Comissão Europeia e do Tribunal

A Comissão Europeia vai procurar obter em tribunal uma nova alteração à chamada lei Volkswagen (VW), nomeadamente da cláusula que obriga a que decisões de fundo sejam tomadas com mais de 80% dos votos.

Esta lei, aprovada há quase 50 anos, quando a VW foi privatizada, visava proteger uma empresa considerada estratégica para a Alemanha. Tinha agora acabado de ser alterada em vários pontos, na sequência de uma queixa da Comissão e sequente decisão do Tribunal de Justiça que a considerou violadora do princípio da livre circulação de capitais. No entanto, nas alterações efetuadas, os alemães recusaram-se a incluir a cláusula dos 80%.

Esta cláusula é objeto de especial disputa porque o Estado da Baixa Saxônia (a que pertence a cidade de Wolfsburg, onde se situa a fábrica-sede da empresa) é detentora de 20% do capital, o que lhe permite bloquear qualquer decisão de fecho ou deslocalização daquela fábrica ou eventualmente de outras fábricas da VW que existem no Estado, o que poderia acontecer sobretudo em caso de um take-over. A Porsche é já hoje o maior acionista da VW com 31% e várias empresas europeias do sector automóvel têm sido adquiridas por congêneres asiáticas.

Uma crise na VW, o maior fabricante europeu de automóveis e o maior empregador privado da região, será devastadora para a Baixa Saxônia e sobretudo para Wolfsburg, uma jovem cidade criada em 1938 pelos nazis para albergar os trabalhadores da VW e cuja vida ainda hoje depende dos empregos na fábrica de automóveis e nos seus fornecedores.

“...outro recente acórdão do Tribunal de Justiça tinha recusado a aplicação de uma outra lei deste mesmo Estado alemão, que obrigava os empreiteiros de obras públicas a pagar aos imigrantes o mesmo salário mínimo da construção civil que é pago aos operários alemães...”

Entre os sindicatos e algumas autoridades alemãs aumenta a contestação a este ataque frontal da Comissão e do Tribunal ao direito de um Estado, no exercício da sua soberania, poder definir a política económica que considera melhor corresponder aos seus interesses.

Convém lembrar que outro recente acórdão do Tribunal de Justiça (caso Rüffert, ver texto publicado no Global / Jornal Esquerda nr. 28) tinha recusado a aplicação de uma outra lei deste mesmo Estado alemão, que obrigava os empreiteiros de obras públicas a pagar aos imigrantes o mesmo salário mínimo da construção civil que é pago aos operários alemães, o que o Tribunal considerou constituir uma restrição à livre prestação de serviços e um ataque à vantagem competitiva das empresas que utilizam mão de obra mais barata.

Mas nem só a Alemanha tem estado na mira da Comissão e do Tribunal. Depois dos casos contra os regimes de contratação coletiva e de direito à greve nos países nórdicos, um recente acórdão recusou ao Luxemburgo a aplicação de uma lei que visava melhorar a fiscalização da regularidade dos contratos dos trabalhadores estrangeiros destacados a prestar serviços no grão-ducado.

Em tempo de crise económica, agravam-se todas as contradições. Começam agora a ganhar mais importância os embates entre, por um lado, os neoliberais mais fundamentalistas, que consideram a livre circulação de capitais e de serviços como os pilares da UE e do mercado único e, por outro lado, alguns dos próprios Estados-Membros da União, que pretendem defender-se dos efeitos mais nefastos dessa política para garantir uma certa paz social dentro de casa, tida como fundamental quando se aproximam tempos difíceis de eleições. (Renato Soeiro) (*Esquerda* 15.09.2008)